

## RUA S. CARLOS

Ato de 07-11-1908

Formada por rua sem denominação da Vila Industrial

Início na rua Francisco Teodoro

Término na avenida Prefeito Faria Lima

Vila Industrial

Obs.: Ato assinado pelo Prefeito Municipal de Campinas Orosimbo Maia. A primeira denominação de São Carlos foi dada a atual avenida Dr. Moraes Salles, em 09-março-1874, por proposta do vereador Rafael de Abreu Sampaio. Pela lei nº 87 de 10-março-1902 e pelo Ato de 10-junho-1903 a então rua São Carlos recebeu a denominação de rua Dr. Moraes Salles. Finalmente pelo Ato de 07-novembro-1908 foi restabelecida a denominação S. Carlos, porém, a uma via pública do bairro Vila Industrial.

## S. CARLOS

A denominação São Carlos, prende-se à provisão de 4 e portaria de 16-novembro-1797, do capitão-general Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça que elevou à Vila com o nome de São Carlos a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas do Mato Grosso, até então pertencente à Jundiá. Em seu ato o governador de São Paulo diz: "no Real Nome de Sua Majestade e por serviço na mesma Senhora" se fizesse "erigir a sua povoação em Villa, cuja se denominará Villa de San Carlos". Não faz referencia outra a citada provisão. Historiadores afirmam que a denominação teria sido em homenagem ao nascimento de D. Carlota Joaquina, esposa de D. João VI ou a uma princesa lusa recém-nascida, ou ainda, a um príncipe recém-nascido e que pouco viveu. Alguns acreditam que o nome da Villa deveu-se ao santo do dia 4 de novembro (dia da provisão) São Carlos Borromeu. Roberto Thut grande estudioso, em notável trabalho denominado "Toponímia de Campinas", inserido às páginas 189 a 191 da "Monografia Histórica do Município de Campinas, IBGE, 1952, após analisar todas as possibilidades de que o nome São Carlos foi atribuído em homenagem a pessoas da familia reinante, conclui: "Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao determinar, em sua provisão de 4 de novembro de 1797, que se desse à nova Vila o nome de S. Carlos, assim foi levado unicamente por espírito religioso ou devoção ao santo do dia em que assinara aquêle documento; jamais por disposição bajulatória. Esta é, a nosso ver, a verdade histórica, cujo esclarecimento se impunha nesta oportuna ocasião de estarmos, neste ano de 1949, comemorando o 150º aniversário da erecção da vila que é hoje a progressista cidade de Campinas." São Carlos Borromeu nasceu em 02-outubro-1538 e faleceu em 03-novembro-1584. Desde criança revelou forte inclinação à vida religiosa, havendo recebido a tonsura e o hábito talar aos 12 anos de idade. São Carlos Borromeu foi arcebispo de Milão, o mais jovem sacerdote que até hoje fez parte do Sacro Colégio, pois tinha apenas 23 anos de idade, quando recebeu o chapéu cardinalicio. Foi canonizado em 1610 e seu corpo repousa na cripta do "D uomo" de Milão.



### DENOMINAÇÃO DE RUAS

Orosimbo Maia, Prefeito Municipal de Campinas, etc.

Faço publico que, em virtude de deliberação da Camara Municipal, em diversas datas, foram dadas as seguintes denominações ás ruas do bairro da Villa Industrial, desta cidade:

*João Theodoro* — da rua Dr. Salles Oliveira para a chacara da «Arvore Grande»;

*Dr. Pereira Lima* — do logar onde se bifurcam a estrada velha de Limeira e a que segue até a rua Dr. Salles Oliveira;

*Alferes Raymundo* — da rua Dr. Salles Oliveira (fundos das officinas da Companhia Mogyana) até o campo;

*Barão de Monte-Mór* — da rua Francisco Theodoro (á esquerda da Immigração) até o campo;

*Francisco Egidio* — da mesma rua (á direita da Immigração) até o campo;

*Amador Bueno* — da esquina de Abraham Frainer (rua Francisco Theodoro) para o campo;

*Antonio Manoel* — da rua Francisco Theodoro, até a chacara de Roberto Paton;

*Venda Grande* — ao becco situado na rua Francisco Theodoro;

*Prudente de Moraes* — dessa rua para o caminho do Matadouro;

*Rangel Pestana* — da mesma rua até a chacara de Raphael Pisani;

*Corrêa de Lemos* — da rua Francisco Theodoro para o «Parque Corrêa de Lemos»;

*S. Carlos* — da mesma rua Francisco Theodoro até o citado jardim;

*João Jorge* — a antiga Ayenida Municipal.

Em observancia do art. 7.º da lei n. 87, de 10 de Março de 1902, e para conhecimento de todos, expede-se o presente. Eu, Leopoldo Amaral, secretario, o escrevi.

Campinas, 7 de Novembro de 1908.

OROSIMBO MAIA.

(Extraido da página 48 do livro "Leis, Resoluções e Mais Actos da Câmara Municipal de Campinas em 1908)

DIÁRIO DO POVO

QUARTA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 1955



E. P. M. "Prof. E. M. Zink"

## RUAS DA CIDADE:

## CARLOS, SÃO — RUA

Documentário de Campinas

Começa na rua Francisco Teodoro e termina além da Avenida das Amoreiras, no BAIRRO DA VILA INDUSTRIAL. A primeira denominação de São Carlos foi dada à atual rua Morais Sales, em 9 de março de 1874, por proposta do Vereador Rafael de Abreu Sampáio pela Lei de 10 de março de 1902, n.º 87, e pelo Ato de 10 de junho de 1903, a rua (atual) Morais Sales recebeu esta denominação sendo suprimida a São Carlos. Por Ato de 7 de novembro de 1908, foi restabelecida a denominação, porém, no local onde se encontra, isto é na Vila Industrial. Tem 15 metros de largura.

Históricos e Dados Biográficos: Segundo a História de Campinas, até o dia 4 de novembro de 1797, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas de Mato Grosso pertencia a Jundiá. No dia atrás citado, por Provisão de 4 e Ordem de novembro de 1797, a Freguesia teve as honras de vila, com a denominação de São Carlos. Esta denominação lhe foi dada em homenagem a uma princesa portuguesa recém-nascida e por causa do Santo do Dia 4 de novembro (Dia da Provisão): São Carlos de Borromeu. Esta denominação perdurou até o dia 5 de fevereiro de 1842, quando a Vila de São Carlos passou à categoria de cidade, retomando o antigo nome de Campinas.

OOOOOOOO

Carlos de Borromeu, depois São Carlos de Borromeu, nasceu aos 2 dias de outubro de 1538, e faleceu no dia 3 de novembro de 1584. Era filho de Gilberto de Borromeu e de dona Margherita Medichino Borromeu.

Menino ainda, revelou ótimo talento e uma inteligência rara. Ao lado destas qualidades, manifestou forte inclinação para a vida religiosa, pela piedade, e o temor a Deus. Era seu prazer construir altares minúsculos, diante dos quais, em presença dos irmãos e companheiros imitava as funções sacerdotais. Com apenas 12 anos recebeu a tonsura e o hábito talar. Pela renúncia do tio Júlio César, entrou no usufruto da abadia de São Graciano. Com este acontecimento formou-se o laço, que prendeu o jovem à participação da vida pública da Igreja. A administração dos emolumentos que lhe proviham de benefício, Carlos considerava coisa sagrada. "Bem eclesiástico é propriedade de Cristo e por ele dos pobres; a estes aproveita o usufruto". Foi esta a regra que a fé lhe ditou, e que as tradições de família lhe confirmaram. Não consentia que bens da abadia fossem aplicados a necessidade de família. Empréstando ao pai uma determinada quantia, exigia-lhe letra promissória.

Aos 16 anos matriculou-se na Universidade de Pávia, para ouvir as preleções do célebre canonista Francisco Alciati. Cinco anos passou em Pávia, separado do mundo, entregue aos estudos e às práticas de piedade.

Sucessivamente foi nomeado no ano de 1560 protonatário apostólico depois desta nomeação, recebeu o arcebispado de milão, com retórico referendário e Cardeal diácono da Igreja de São Vito. Oito eidência obrigatória em Roma. Recebeu outras dignidades, como sejam: Legado Apostólico de Bologna, Romagna e Ancona, Protetor de Portugal, dos Países Baixos, da Suíça católica, dos Franciscanos e Carmelitas e presidente da consulta, isto é, do Conselho Deliberativo do Estado em Negócios Exteriores.

Desenvolveu Carlos uma atividade grandiosa. Organizou uma série de Concílios Providenciais e Diocesanos; escreveu uma excelente instrução para os confessores, e publicou as constituições e regras da sociedade de doutrina cristã. Trabalhou para a criação de seminários menores e maiores, e construiu em Milão o Colégio Helveciano. Criou o clero secular, a Congregação dos Oblatas, composta de sacerdotes seculares, que por um único voto tinham o direito de estar sempre à disposição do Prelado, onde e quando de auxílio precisasse.

Freguesia não havia, por mais pobre, por mais inacessível que fosse, que não lhe tivesse recebido a distinção da visita. No meio das fadigas da viagem (muitas vezes ele mesmo carregava a bagagem) conservava sempre o bom humor. Com os pobres partilhava o pão dos pobres. Dias havia em que tomava apenas pão e água. De importância histórica tornaram-se as suas visitas à Suíça, onde criou instituições católicas de grande importância. Não só os católicos, mas também os próprios protestantes, recebiam jubilosamente o "Santo Bispo".

Foi canonizado em 1610. O corpo do Santo, em boa conservação, repousa na cripta do "Duomo" de Milão. (Do livro: "Na Luz Perpétua").

A.M.G.

RUA SÃO CARLOS  
ATO DE 07-11-1908



TOPONÍMIA DE CAMPINAS

POR QUE RAZÃO FOI DADO O NOME DE SÃO CARLOS À FREGUESIA  
ERIGIDA EM VILA

ROBERTO TIUT

Historiadores de fastos campineiros costumam afirmar, a propósito da elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas à categoria de Vila com o nome de São Carlos, que tal denominação se deu em homenagem a um Príncipe ou Princesa da Casa Real de Portugal.

Ainda há pouco tempo, no *O Estado de S. Paulo*, de 17 de setembro de 1917, o historiador ituano F. NARDY FILHO publicou algumas notas interessantes a propósito do fato, afirmando que a denominação de Vila de São Carlos se deu "em homenagem do nascimento da Senhora Infanta D. CARLOTA".

RICARDO GUMBLETON DAUNT, na sua sempre citada e esplêndida monografia *Os primeiros tempos de Campinas*, publicada em 1879, já dizia que a alteração se fez "em honra de um príncipe recém-nascido e que pouco viveu". Anteriormente, em trabalho semelhante, publicado em 1871 e intitulado *Campinas — Notícia Histórica*, F. QUIRINO DOS SANTOS atribuía o fato já não mais a um natalício principesco, pois diz que "o caso foi todo em honra da Sra. D. CARLOTA JOAQUINA, esposa d'El-Rei D. João VI".

BENEDITO OTÁVIO e VICENTE MELLILO, no *Almanaque de Campinas* (1912), pretendem dois motivos como causa: "essa denominação lhe proveio, talvez, do santo do dia 4 de novembro (S. CARLOS BORROMEU), e foi dada à vila em homenagem a uma princesa lusa recém-nascida". Vê-se que o fator "santo do dia" é duvidoso, mas o do nascimento de uma princesa, categórico.

Em *Monografia de Campinas* (1912), da autoria de "um professor campineiro", encontramos a versão de que a "denominação lhe foi dada em homenagem a uma princesa recém-nascida e por causa do santo do dia 4 de novembro (dia da provisão), S. CARLOS BORROMEU".

Num trabalho, em que não consta o nome do autor, intitulado *Resenha Histórica de Campinas*, inserido no número único de *Nossa Terra — 1739-1939*, pretende-se ter sido lembrada "a denominação de São CARLOS em homenagem à Rainha CARLOTA".

Creemos ser desnecessário prosseguir com outras citações, em que se pretende sempre ora homenagear ao nascimento de uma criança real, ora o santo do dia 4 de novembro.

Analisemos a primeira versão, de homenagem à pessoa da Família Real.

Como se sabe, a Freguesia das Campinas teve o predicado de "vila" por uma provisão de 4 e portaria de 16 de novembro de 1797, do capitão-general



ANTÔNIO MANUEL DE MELO CASTRO E MENDONÇA, determinando nesta última que, "no Real nome de Sua Majestade e por serviço na mesma Senhora", se fizesse "erigir a sua povoação em Villa, cuja se denominará Villa de Sam Carlos". Verifica-se, principalmente, que a Rainha na época era D. MARIA I e não D. CARLOTA, mulher de D. JOÃO VI, como afirmaram mais de um dos autores citados, pois D. CARLOTA nasceu muito anteriormente ao fato (em 1777), e somente se tornou rainha após o falecimento de sua sogra, ocorrido em 1816. Por isso, volvamos nossa atenção para o terreno genealógico, a fim de verificar se na época teria nascido algum príncipe português que se chamou CARLOS.

A Rainha D. MARIA I, nascida em 1734 e falecida em 1816, teve seis filhos, sendo o mais moço a Princesa D. ISABEL, que nasceu em 22 de dezembro de 1776 e teve pouco tempo de vida, pois faleceu em 14 de janeiro do ano seguinte. Aliás, o marido da Rainha, rei consorte chamado D. PEDRO III, faleceu em 1786, cerca de 11 anos, portanto, antes da ereção da vila de S. Carlos. Por isso, o rebento real, a quem se teria prestado a homenagem, não poderia ser filho de D. MARIA I. Vejamos se poderia ter sido algum de seus netos.

Excluindo-se seu filho, D. JOÃO VI, apenas a filha D. MARIANA (1752-1783) lhe deu netos, dois ao todo, mas ambos nascidos muito antes de 1797, uma vez que sua progenitora falecera em 23 de novembro de 1783. O segundo filho dessa Princesa D. MARIANA chamava-se realmentê CARLOS, mas não só nascera 19 anos antes do fato (29-3-1778), como também era um infante de Espanha, visto seu pai ser o Príncipe D. GABRIEL, terceiro filho de D. CARLOS III, daquele país. De qualquer maneira, portanto, o preito não poderia ser a êsse neto de D. MARIA I.

Vejamos agora os descendentes de D. JOÃO VI, que teve nove filhos. O mais velho nasceu quatro anos antes da homenagem (em 29-4-1793) e chamava-se D. MARIA TERESA. Os demais filhos, nascidos antes de 1797, chamavam-se D. ANTÔNIO (21-3-1795) e D. MARIA ISABEL (19-5-1797), seguindo-se a esta D. PEDRO I, que nasceu em 12 de outubro de 1798. Nenhum desses tinha o nome de CARLOS e, por isso, o príncipe homenageado não poderia ter sido um filho de D. JOÃO VI com D. CARLOTA JOAQUINA e muito menos qualquer um de seus netos, uma vez que a filha mais velha contava pouco mais de 4 anos de idade quando se erigiu a vila de São Carlos, vindo a se casar somente em 1810, no Rio de Janeiro.

Não seria admissível a hipótese de algum filho bastardo, por não ser conhecido tal nascimento e nem figurar nas genealogias reais, onde se registram também as bastardias. Ainda que fôsse caso de um bastardo secreto (não consignado nas genealogias), evidentemente que não se cuidaria de homenagear um personagem cuja origem se procurava ocultar, e nem o capitão-general de S. Paulo teria conhecimento de um segredo tão íntimo. Muito mais fora de cogitação seria a hipótese de um natimorto, pois não teria nome por falta de batismo que, em tais casos, não é realizável em face do direito canônico.

Pelo exposto, devemos afastar de todo a versão de homenagem a um príncipe recém-nato. Mesmo D. CARLOTA JOAQUINA, não é de acreditar tenha sido a homenageada, pois se assim fôsse não se daria à vila um nome masculino, sobretudo de um santo, de maneira tão vaga, tão obscura e tão indireta.



Consideremos ainda que homenagens dessa espécie não eram costumeiras na época, até posterior ou anteriormente. Mesmo no tempo do Império, eram raríssimos os casos, como o de Petrópolis, assim chamada, quando fundada, "para indicar a futura povoação, que nesse lugar se forma sob os auspícios do senhor D. PEDRO II". Historiadores republicanos campineiros, ao comentarem o caso toponímico da primitiva vila, o fazem com um dose de mordaz ironia, por acreditarem num preito bajulatório. Todavia, mal pensavam eles que a República seria pródiga em tais homenagens, prestadas até a figurões do P. R. P. No tempo colonial, e mesmo no do Império, havia mais recato critério de se dar, às localidades, nomes de pessoas da família reinante. Succedia até o contrário, dando-se às pessoas título ligado à localidade, a começar pelo de Príncipe do Brasil, criado em 1645 e dado ao príncipe real de Portugal. Temos também o dispositivo constitucional do Império, que concedia ao primogênito do herdeiro do trono brasileiro o título de Príncipe do Grão-Pará, em homenagem à Província, daquele nome. Inúmeros foram outros casos semelhantes de títulos outorgados com o mesmo fim, a começar pelos mais elevados, como, p. ex., os das duquesas do Ceará e Goiás. Outros mais, como o duque de Caxias, marquês de Itu, conde de Pinhal, visconde do Rio Claro, barão de Campinas, etc., são exemplos do que acabamos de afirmar.

Assinalemos finalmente que, se houvesse tido, da parte do capitão-general de São Paulo, a intenção de lisonjear a família real, tê-lo-ia feito preferindo o nome da rainha ou do príncipe regente e, o que é importante, consignaria textualmente o fato nos documentos respectivos expedidos a 4 e a 16 de novembro de 1797. Nesses documentos e no auto de ereção da vila, não consta, todavia, qualquer referência à pretendida homenagem que, estamos certos, não passa de uma lenda ou afirmativa graciosa, que nos vem sendo transmitida e endossada em trabalhos históricos.

Por isso, a segunda versão é a única aceitável, pois a realidade do ocorrido foi a de se ter dado o nome da vila em louvor ao santo da data da provisão (4 de novembro), que é São CARLOS BORROMEU, arcebispo de Milão, o mais jovem sacerdote que até hoje fez parte do Sacro Colégio, pois tinha apenas 23 anos de idade quando recebeu o chapéu cardinalício.

Em nosso passado, o costume de se dar a localidades nomes em louvor de um santo era vulgarizadíssimo, em virtude do intenso espírito de religiosidade católica do nosso povo. Aí estão, espalhados pelo Brasil, milhares de exemplos de capitais, cidades, vilas, freguesias, arraiais, distritos e até bairros e subúrbios, cuja denominação evocativa daria para formar um "flos sanctorum"!

ANTÔNIO MANUEL DE MELO CASTRO E MENDONÇA, ao determinar, em sua provisão de 4 de novembro de 1797, que se desse à nova vila o nome de S. CARLOS, assim foi levado unicamente por espírito religioso ou devoção ao santo do dia em que assinara aquele documento; jamais por disposição bajulatória. Esta é, a nosso ver, a verdade histórica, cujo esclarecimento se impunha nesta oportuna ocasião de estarmos, neste ano de 1949, comemorando o 150.º aniversário da criação da vila que é hoje a progressista cidade de Campinas.

(Extraído de págs. 189 a 191 da "Monografia Histórica do Município de Campinas", IBGE, 1952)